

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS DE PROMOÇÃO
DA IGUALDADE RACIAL NA ESCOLA

IDENTIDADE:
superando o racismo com a ajuda da literatura infantil

Belo Horizonte
2016

Vanessa Adriana Moreira

**IDENTIDADE:
superando o racismo com a ajuda da literatura infantil**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, pelo Curso de Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Coordenadora: Ana Amélia Laborne

Orientadora: Marlene de Araújo

Belo Horizonte
2016

Vanessa Adriana Moreira

**IDENTIDADE:
superando o racismo com a ajuda da literatura infantil**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, pelo Curso de Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Coordenadora: Ana Amélia Laborne - UFMG

Orientadora: Marlene de Araújo - UFMG

Belo Horizonte
2016

RESUMO

Este trabalho foi elaborado através de pesquisa bibliográfica qualitativa realizada em livros, documentos e sites da internet que disponibilizam obras de diferentes autores e estudiosos do tema e em leis brasileiras que legitimam a luta contra o racismo e pelos direitos das pessoas da raça negra. Os objetivos propostos consistem em: mostrar como a literatura infantil contribui na luta pela superação do racismo na escola e para a afirmação da identidade negra; analisar a história do racismo e avaliar o que determinam documentos e leis elaborados pelo Governo para combater as desigualdades sociais entre as raças; identificar como as crianças vivenciam as questões raciais na escola e avaliar o conteúdo e a importância de alguns livros que abordam o tema racismo destinados à educação infantil. A escolha do tema é justificada pelo contínuo trabalho de legisladores que elaboram leis em defesa das pessoas negras e pela sua relevância no combate às diferenças raciais e sociais. Também se ressalta o trabalho de leigos que lutam para acabar com o racismo que, muitas vezes, provoca tensões, brigas e assassinatos. Ao final do trabalho, conclui-se que o Brasil vem dando avançados passos para a promoção da igualdade entre pessoas, independentemente de cor, raça e classe social. Vários grupos de leigos e estudiosos se reúnem para combater, e até mesmo exterminar, definitivamente, os preconceitos, as manifestações, atos e ações que ressaltam as desigualdades. Muitos direitos foram conquistados pelas pessoas negras, como cotas em trabalhos, escolas e faculdades, mas, enquanto houver manifestações de preconceitos e racismo, a luta continua.

Palavras-Chaves: Racismo. Preconceito. Igualdades sociais. Literatura infantil.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 UM BREVE PANORAMA SOBRE O RACISMO NO BRASIL	7
3 A QUESTÃO DO CONCEITO DO RACISMO: REFLETINDO AS ORIGENS ...	11
4 ABORDAGEM SOBRE A PRÁTICA DE CAMPO DESENVOLVIDA.....	14
5 O PAPEL DA ESCOLA NA SUPERAÇÃO DO RACISMO: EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	18
5.1 Práticas de superação do racismo na escola: um trabalho contínuo	19
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS.....	23

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho visa ao estudo sobre as relações étnico-raciais e a presença da identidade negra na literatura infantil brasileira, sob a perspectiva da obrigatoriedade determinada pela Lei 10.639 de 2003 que instituiu o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo escolar da educação básica.

A construção da identidade e da diferença é apoiada por várias práticas e comportamentos da família, da sociedade, da cultura que representam os valores que essa família, essa sociedade e essa cultura consideram os melhores e com os quais gostariam que nos identificássemos. Ao mesmo tempo em que estabelecemos o que consideramos bom, criamos o que consideramos ruim. (SANTOS, 2007, p. 16).

As crianças com idades que variam entre cinco e 11 anos, alunos do ensino fundamental, são os personagens principais do tema que mostra a importância da valorização da identidade negra como motivação para identificar sua formação cultural, cor e raça e, ao mesmo, como incentivo ao respeito no ambiente em que se encontram.

Os aspectos principais do estudo estão na valorização da cultura dos ancestrais africanos, na contribuição para uma reflexão sobre o tema e para a aceitação das releituras de contos africanos no espaço escolar e na sua continuidade fora dele.

Antes de iniciar este trabalho de conclusão de curso, foi escolhida a metodologia de pesquisa para a sua elaboração e as etapas e os processos de investigação sobre o tema escolhido. Através da escolha e definição de uma metodologia, é possível detalhar todas as etapas previstas para o desenvolvimento do trabalho e identificar as atividades necessárias para o cumprimento dos objetivos propostos. A pesquisa realizada para esse texto foi a bibliográfica qualitativa realizada em livros, documentos e sites da internet abrangendo diferentes autores e estudiosos do tema e em leis brasileiras que legitimam a luta contra o racismo e pelos direitos das pessoas da raça negra.

A justificativa para a escolha do tema deve-se ao fato de que a construção da identidade do sujeito se estrutura a partir da infância. Muitas vezes, percebe-se a negação da identidade negra pelos desafios de se pertencer a uma população inferiorizada social e historicamente - uma associação que se faz ao povo negro. Isto pode corresponder à fragilidade do sistema educacional brasileiro baseado no padrão eurocêntrico e no mito da democracia racial existente em nossa sociedade.

Nos anos iniciais do ensino fundamental, essa negação é frequente e marcante, tornando-se necessário promover ações pedagógicas com toda a comunidade escolar e

movimentos socioculturais para o reconhecimento, a valorização e o respeito à raça. É também necessário o desenvolvimento de atividades conjuntas durante as aulas de regência com os professores de matérias especiais (Educação Física, Arte, Ensino Religioso e Biblioteca), de práticas pedagógicas relacionadas à história da África (príncipes e princesas negras), cultura africana e afro-brasileira (danças típicas, religiosidades, estilos de roupas e cabelos, músicas e ritmos), como forma de contribuir com a promoção da igualdade racial.

A carência de creches e escolas no Brasil motiva uma atenção especial para as necessidades de buscar o crescimento saudável e o desenvolvimento social de uma criança, principalmente se ela for negra e pobre, na faixa etária de zero a seis anos. Fatores relevantes destacam aspectos contraditórios como formação familiar, falta de investimentos governamentais e incentivos escolares quanto à formação de professores e gestores capacitados que estão pautados nas Leis 10.639 de 2003 que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira” e Lei 11.645 de 2008 que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003” [...]. (BRASIL, 2003; BRASIL, 2008).

Os órgãos governamentais têm por obrigação garantir incentivos necessários para a instalação de creches e escolas para as crianças, desde os primeiros anos da infância até o término de sua formação escolar no início da fase adulta. Os incentivos escolares proporcionam e estimulam a convivência de crianças de diferentes etnias e raças e valorizam o comportamento respeitoso e sem preconceito em relação à diversidade étnico-racial.

Diante do exposto, salienta-se que o objetivo geral deste trabalho é verificar como a literatura infantil pode ajudar na superação do racismo na escola e contribuir para a afirmação da identidade negra.

Os objetivos específicos ficaram assim delimitados: analisar a história do racismo na sociedade brasileira; identificar como as crianças vivenciam as questões raciais em seu cotidiano na escola; avaliar se os livros infantis disponíveis podem auxiliar na educação dos alunos para o enfrentamento do racismo.

2 UM BREVE PANORAMA SOBRE O RACISMO NO BRASIL

A principal causa do racismo entre as crianças tem origem na própria família que, muitas vezes, não ensina sobre o respeito e a não discriminação ao outro só porque ele é considerado ‘diferente’. Isto fica evidente quando se rotula o coleguinha como sendo ‘o feio, o sujo, o fedido’, simplesmente pela tonalidade de sua pele negra. O preconceito e a discriminação causam dor e medo e são a violação dos direitos adquiridos.

A LDB descreve os objetivos da educação nos sistemas educacionais, e a lei 10.639 vai lá e altera dois artigos, uma parte de um conjunto de aproximadamente cem artigos, que é o que a LDB tem. Então, você tem a impressão de que se trata de uma reivindicação para que sejam incorporados os elementos da história da África e dos afro-brasileiros na disciplina história, quando, na verdade, se trata da reivindicação que o movimento negro sempre teve [...], preparar a escola pública e o ensino privado no Brasil para dialogar com a diversidade, para estancar a hostilidade racial que frequentemente vitimiza adolescentes e crianças negras nas escolas (SILVA citada por SILVA; GÓES, 2013, p. 83).

No quesito analfabetismo, a população negra ocupa um grande percentual revelado nas pesquisas. O baixo grau de escolaridade influencia de forma significativa a falta de formação para ocupar cargos de direção e gerência nos setores público e privado, especialmente em atividades culturais e científicas que valorizam o grau de instrução mais elevado.

Em 2013, a população branca tinha 8,8 anos de estudo em média, já a negra, 7,2 anos. A diferença, no entanto, já foi maior. Em 1997, os brancos chegavam a estudar por 6,7 anos em média e os negros paravam nos 4,5 anos - isso seria o equivalente ao primeiro ciclo do ensino fundamental. Mesmo assim, a taxa de analfabetismo entre os negros (11,5) é mais de duas vezes maior que entre os brancos (5,2). (REVISTA EXAME, 2014).

A pesquisa revelou ainda outros importantes dados sobre a presença das pessoas negras, em diferentes ambientes.

No trabalho, onde ocorrem os maiores impactos causados pelas desigualdades, a maioria das pessoas negras é contratada como empregado doméstico e, muitas vezes, é tratado como escravo. Quando elas se qualificam, tanto na escola quanto profissionalmente, são discriminadas devido à cor da pele em processos seletivos no mercado de trabalho, já que a raça dominante e procurada pela maioria das empresas é a branca.

Entre a população negra, a taxa de desemprego é maior que entre os brancos. Segundo dados do estudo Retrato das desigualdades de gênero e raça, do IPEA, enquanto o desemprego atinge 5,3% dos homens brancos, entre os negros o índice chega a 6,6%. Entre as mulheres, a diferença é ainda maior. Entre as brancas, o

desemprego é de 9,2% enquanto entre as mulheres negras ultrapassa os 12%. (REVISTA EXAME, 2014).

A pesquisa ainda revelou que, geralmente, mulheres negras “são as que se sentem mais inseguras em todos os ambientes, até mesmo em suas próprias casas”. O Brasil só teve um presidente negro (Nilo Procópio Peçanha – 1909-1910). Os negros são a maioria dos beneficiários do Programa Bolsa Família (sete em cada 10 casas que recebem esse benefício são chefiadas por negros). O Ministro Joaquim Barbosa foi o primeiro presidente negro do Supremo Tribunal Federal (STF). O salário recebido pelos negros é 40% menor que o salário recebido pelos brancos (valor médio: brancos R\$1.607,76; negros: R\$921,18). Menos de um terço dos candidatos a governador nas eleições de 2014, eram pardos ou negros. (REVISTA EXAME, 2014).

Em 2009, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgada em 2010 apontou que 84,5% das crianças negras e 79,3% das crianças brancas, na idade de zero a três anos, não dispunham de creches. Como então dedicar atenção especial às suas necessidades para o desenvolvimento saudável? (IBGE, 2009).

Se essas crianças, principalmente as negras, são desvalorizadas e discriminadas pela sociedade branca, pergunta-se: o que elas serão no futuro? Como terão a chance de crescer em um ambiente mais humanitário, sem expressões racistas, sem violência, sem discriminação? Se os filhos de empregadas e empregados negros são desvalorizados (as) e discriminados (as) pela sociedade branca, eles (as) serão o quê no futuro? Eles (as) terão expectativas no presente e para o futuro? Qual chance eles (as) terão para crescerem em um ambiente mais humanitário, sem expressões racistas, sem violência, sem discriminação?

Para extinguir todo e qualquer tipo de discriminação racial e a não aceitação de sua origem, a família precisa se unir e se dispor a lutar e a clamar por uma escola mais justa. Ela é o berço de formação do cidadão, por isso esse princípio deve partir dela, mesmo que a criança seja adotiva. É preciso eliminar toda forma de discriminação contra negros (as) e afrodescendentes, e é na família que deve começar o entendimento sobre o respeito pela sua raça e cultura. A criança já consegue formar seus próprios pensamentos e tem conhecimentos sobre fatos da vida, por isso merece respeito, principalmente por ainda se encontrar em processo de desenvolvimento, quando suas ideias e opiniões ainda não estão totalmente definidas.

A escola tem uma forma atuante no ensino, ou seja, a instituição escolar é responsável pelo trato pedagógico do conhecimento, da cultura e da diversidade, mas ela ainda conta com a ajuda específica da família onde se iniciou todo esse processo.

As práticas educativas que se pretendem iguais para todos acabam sendo as mais discriminatórias. Essa afirmação pode parecer paradoxal, mas, dependendo do discurso e da prática desenvolvida, pode-se incorrer no erro da homogeneização em detrimento do reconhecimento das diferenças (GOMES IN CAVALLERO, 2001, p. 86).

É necessário que haja intensidade na promoção de melhorias das políticas públicas em relação à qualidade de vidas das famílias dos (as) negros (as), a começar pela escola onde se inicia a educação formal do cidadão. É importante apoiar movimentos em prol da saúde da mulher negra; proteger as mulheres discriminadas e punidas; não permitir propagandas de cunho racista que desabone a integridade da mulher negra e, principalmente, das crianças e adolescentes; promover e valorizar incentivos culturais nas escolas e em associações de bairro, onde a mulher negra, a criança e o adolescente sejam o centro da valorização; criar mais creches e escolas de tempo integral e cursos de capacitação voltados principalmente para o (a) adolescente aprendiz negro (a).

A escola deve incentivar o aluno a dialogar sobre a discriminação com palestras e filmes voltados para uma educação mais igualitária, por exemplo. Também são importantes cursos direcionados a conteúdos que ajudem a firmar - e confirmar - o respeito à contribuição negra na formação socioeconômica, política, educacional, cultural religiosa, tecnológica, etc., ou seja, é importante promover a abordagem de temas sociais de maneira interdisciplinar. As pessoas devem e precisam ser capazes de produzir conhecimentos e, necessariamente, saber respeitar as pessoas de raças diferentes e os idosos, por exemplo, e empenhar-se em melhorar cada vez mais o ambiente onde está inserido.

Abdias Nascimento (1914-2011), um dos maiores ativistas em favor dos direitos humanos no Brasil, deixou um legado de luta em favor do povo afrodescendente. Ele contribuiu como escritor, artista plástico, teatrólogo, político e poeta ativista dos direitos civis e humanos das populações negras. Ele lutou pela educação e pela valorização do Teatro Experimental do Negro (TEN), que fundou em 1944, permitindo que a primeira geração de atores e atrizes dramáticos negros atuasse no teatro brasileiro. Com a sua luta, também inspirou a literatura dramática afro-brasileira. (IPEAFRO, 2015). Ele destacou a importância da formação como um dos caminhos para fortalecer ações de combate e superação do racismo. Ele

[...] iniciou sua tarefa histórica e revolucionária convocando para seus quadros pessoas originárias das classes mais sofridas pela discriminação: os favelados, as empregadas domésticas, os operários desqualificados, os frequentadores de terreiros. Com essa riqueza humana, o TEN educou, formou e apresentou os primeiros intérpretes dramáticos da raça negra - atores e atrizes - do teatro brasileiro. (BRASIL, 2006, p. 19).

Segundo o “Jornal Quilombo - vida, problemas e aspirações do negro”,

O TEN manteve, em salas de aulas cedidas pela União Nacional dos Estudantes, várias aulas de alfabetização, sob a chefia do professor Ironildes Rodrigues. Cerca de seiscentos alunos frequentavam esse curso, interrompido, infelizmente, por falta de local para funcionar [...]. (TEN, 1948 IN BRASIL, 2006, p. 19).

Várias pesquisas têm mostrado que o racismo constitui o principal ingrediente do fracasso escolar entre os (as) alunos (as) negros (as). As práticas antirracistas e antidiscriminatórias precisam entrar, imediatamente, no foco da educação brasileira, visto que os movimentos promovidos por homens e mulheres negros já existem desde a década de 1940. Atualmente, vem tomando forma a luta pela inclusão e obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas no currículo oficial da Educação Básica. Também há um movimento para a inclusão oficial do dia 20 de novembro como o “Dia Nacional da Consciência Negra” no calendário brasileiro, mas, espera-se que em todos os dias letivos e finais de semana, em todos os espaços escolares, sociais, públicos e particulares, os (as) negros (as) sejam sempre lembrados (as).

A Lei nº 10.639 de 2003 publicada pelo Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/CP 3/2004 que instituiu as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnicas Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas a serem executadas nas escolas. Esta ação procura promover entre os docentes, discentes e toda a comunidade a busca pela efetivação e obrigatoriedade de seus direitos e deveres em sociedade.

Recentes pesquisas têm sinalizado que o cotidiano escolar será reconhecido como um espaço para fazer o coletivo acontecer, onde alunos (as), professores (as) e demais profissionais da educação se reconhecerão como sujeitos corresponsáveis pelo processo de construção do conhecimento e do currículo que deverá ser concebido de forma a atender as diversidades e pluralidade, considerando nesse processo de formação as culturas africanas e afro-brasileiras.

3 A QUESTÃO DO CONCEITO DO RACISMO: REFLETINDO AS ORIGENS

Como as escolas podem contribuir para educar as crianças sobre a importância do respeito às diversidades nas famílias? Como as crianças menores podem participar dessa discussão?

Tratar o tema “diversidade e diferença” é um desafio para todo educador. Mais do que uma apropriação teórica, trabalhar em sala de aula de modo a colocar em movimento ideias e práticas que estimulem a aproximação entre os diferentes requer dedicação e empenho. (SANTOS, 2007, p. 11).

Os cuidados que se iniciam desde o nascimento e nos primeiros anos da infância, ou seja, de zero a seis anos de idade, são marcantes para o desenvolvimento saudável da criança. A família lhe dedica amor e cuidado e começa a ensinar sobre o respeito. Ela começa a construir sua personalidade e já é capaz de avaliar o mundo e tudo que encontra à sua volta, tanto no ambiente familiar quanto no ambiente escolar.

A criança não nasce já sabendo discriminar os outros. É a sua família ou o seu grupo social que a ensina a agir (e ser) desta forma, já que eles são os responsáveis por ensiná-la sobre as desigualdades e as formas de discriminações que são praticadas com palavras, atitudes e atos excludentes. A discriminação é uma violação de direitos e, cada vez mais, deve ser superada, ou até mesmo anulada do ambiente escolar e social.

É fundamental perceber que o processo de identificação implica que estejamos abertos a nos relacionar com aquilo que é diferente de nós; a dialogar com as diferenças, pois é a partir deste diálogo que incorporamos novos conteúdos a nós mesmos, abandonamos antigos, nos transformamos. (SANTOS, 2007, p. 15-16).

A família deve valorizar e incentivar o comportamento respeitoso, sem preconceito e discriminação em relação à diversidade étnico-racial. Deve ensinar à criança a não classificar ou desqualificar o outro pela cor de pele, transmitir e falar sobre a cultura e tradições negras (brincadeiras, cantigas de roda, contos, histórias literárias, etc.) e, sobretudo, falar sobre tudo o que remeta aos seus ancestrais. A criança se sentirá segura ao ingressar na educação infantil e já nos anos iniciais se enriquecerá com conhecimentos e valores que são encontrados na literatura africana compartilhada com seu (sua) professor (a) no interior da escola, e isto ajudará a transformar essas informações em conhecimento.

A educação infantil é um direito humano e social de todas as crianças até seis anos de idade, **sem distinção alguma decorrente de origem geográfica, caracteres do**

fenótipo (cor da pele, traços de rosto e cabelo), da etnia, nacionalidade, sexo, de deficiência física ou mental, nível socioeconômico ou classe social. Também não está atrelada à situação trabalhista dos pais, nem ao nível de instrução, religião, opinião política ou orientação sexual. (BRASIL, 2013, p. 3). (Grifos do documento).

A Convenção sobre os Direitos da Criança promulgada pelo Decreto 99.710, de 21 de novembro de 1990, em seu artigo 29, itens c e d, afirma:

Os Estados Partes reconhecem que a educação da criança deverá estar orientada no sentido de: [...]

c) imbuir na criança o respeito aos seus pais, à sua própria identidade cultural, ao seu idioma e seus valores, aos valores nacionais do país em que reside, aos do eventual país de origem, e aos das civilizações diferentes da sua;

d) preparar a criança para assumir uma vida responsável numa sociedade livre, com espírito de compreensão, paz, tolerância, igualdade de sexos e amizade entre todos os povos, grupos étnicos, nacionais e religiosos e pessoas de origem indígena. (BRASIL, 1990).

Para a educação infantil e para os anos iniciais da educação básica, a literatura africana oferece histórias e contos que contribuem com valores culturais e educacionais, dentre outros, que ajudam a fortalecer o ambiente. A sua inclusão em sala de aula pode ser um incentivo para as crianças adquirirem sua autoafirmação e aceitação como pessoa negra. “A literatura infanto-juvenil não foge da possibilidade de ser um campo em que os discursos expressam a maneira de ver o mundo do conjunto de escritores (as) que se dedicam a contar histórias.” (BENTO, 2012, p. 173).

A dificuldade em se assumir como negro (a) ou afrodescendente recai sobre a dificuldade em lidar com sua própria etnia, cultura e valores, devido às construções históricas e culturais negativas a seu respeito. A iniciativa da escola em trabalhar na íntegra a Lei 10639 de 2003 no ambiente escolar e na comunidade adjacente ajuda a superar as desigualdades e a romper com a postura de omissão diante da questão. Cada vez mais é perceptível a urgente necessidade de superar as desigualdades sociais.

Com certeza, a partir do momento que o universo escolar passa a tratar cientificamente da história do Continente Africano, de seus países e respectivas matrizes étnico-culturais; do sequestro e da venda clandestina de negros africanos para o trabalho escravo no Brasil; dos processos ideológicos de construção das categorias de raça e cor que sustentam a prática do racismo, bem como dos complexos psicológicos que permeiam o imaginário sociocultural brasileiro, a educação nacional será, de fato, um palco no qual se encenam novas performances de igualdade de direitos, liberdade de interação de saberes e respeito às diferenças (COSTA, 2008 citada por SOUSA, 2011, p.2).

Lúcia Afonso (1995) citada por Bento (2012) relata experiências vivenciadas durante uma pesquisa sobre “diferenças na socialização de meninos e meninas em creches comunitárias de Belo Horizonte e Contagem”. Segundo a pesquisadora, foram observados poucos atos discriminatórios em relação “às crianças de dada cor”, mas observou-se que as professoras de classe tinham dificuldades para intervir e colocar um fim a vários casos de discriminação não assumidos, o que causou um “mal-estar”, já que elas os deixavam passar, a não ser que fossem pressionadas a intervir e enfrentá-los. (BENTO, 2012, p. 55).

As dificuldades que crianças e adolescentes encontram no ambiente escolar para se assumir ou se autoafirmar como negros (as) podem ser trabalhadas através da literatura que se constitui em um importante canal de informações. Essas literaturas conscientizam os alunos e ajudam a erradicar a discriminação e o preconceito racial e podem ser distribuídos e analisados, por exemplo, em uma feira cultural, através de cartazes, desenhos, trabalhos manuais, ou seja, tudo aquilo que remeta ao tema. Os trabalhos devem ser colocados estrategicamente à mostra para que todos possam vê-los, observá-los e analisá-los.

A intervenção também pode ser feita após a leitura de livros sobre o tema. Como exemplo, cita-se para as séries da fase inicial de alfabetização o livro “A cor da vida” que retrata o preconceito dos adultos e a ingenuidade e doçura de duas crianças, uma branca e outra negra que não enxergam a discriminação. Para os anos iniciais da alfabetização, podem ser utilizados os livros “A Princesa e o vento”, “Bruna e a galinha d’angola”, “As tranças de Bintou”, “O cabelo de Lele”, “Minha mãe é negra sim”, “Betina” e muitos outros. Todos trazem histórias bem interessantes. Para as crianças maiores indica-se “Nina África - Contos de uma África menina para ninar gente de todas as idades” que é uma boa opção.

Além da feira ou da mostra cultural, outras atividades podem oferecer enriquecimento sobre a cultura negra, tais como apresentações de roda de capoeira, campeonato de danças, campeonatos esportivos, desfiles de roupas e penteados afros, apresentação de congado, festival de músicas, gincanas, etc. Estas atividades devem ser realizadas com a participação ativa do corpo estudantil e da comunidade e deve ter como objetivo o enriquecimento sobre os valores da cultura negra.

É importante pensar em outras maneiras para se trabalhar atitudes e comportamentos que remetam ao reconhecimento, valorização, respeito e identidade da raça negra. É possível criar e incentivar atividades que envolvam também os jovens e a comunidade em geral, deixando o espaço aberto para sugestões que objetivam melhorar o convívio e a autoconfiança na escola. Várias iniciativas podem contribuir para que a discriminação seja erradicada.

4 ABORDAGEM SOBRE A PRÁTICA DE CAMPO DESENVOLVIDA

A criança é, a priori, a personagem mais importante para a construção da identidade negra, pois é a partir dela que deve nascer o prazer em pertencer a essa raça e a se identificar como tal. Infelizmente, percebe-se nitidamente essa negação. Essa culpa não é responsabilidade só da família ou da sociedade, mas sim do sistema brasileiro educacional e governamental que se baseia em padrões excludentes.

Quando a criança cresce, vê-se com nitidez que a negação torna-se muito maior. O pré-adolescente e o adolescente se veem com a necessidade de alisar os cabelos, vestir-se como o ator/atriz “branco/a” da novela ou da propaganda do tênis que aparece na televisão.

A partir dessa visão, percebeu-se a necessidade de intervir pedagogicamente através de uma discussão sobre esse tema. O curso de Especialização em Políticas da Promoção da Igualdade Racial na Escola (EPPIR) realizado na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG), no Campus Pampulha, proporcionou suporte e conhecimentos necessários para a vivência prática desse estudo que foi realizada em duas turmas de duas diferentes escolas.

A primeira turma é do segundo ano formada por crianças com idades entre seis e sete anos da Escola Municipal Sandra Rocha, localizada no Bairro Perobas, na cidade de Contagem, que possui os turnos manhã e tarde e onde a maioria dos (as) alunos (as) é negro (a). A segunda turma é formada por crianças com idade entre oito e nove anos da terceira série da Escola Estadual Carmo Giffoni, localizada no Bairro Jatobá em Belo Horizonte/MG, que possui os turnos manhã, tarde e noite e onde também há predominância de alunos (as) negros (as).

Na primeira escola, com um olhar crítico e avaliativo e de acordo com a Lei 10.639, foi realizado um teste em sala de aula utilizando uma boneca com crianças da segunda e terceira séries dos anos iniciais do ensino fundamental.

Na segunda escola, o olhar crítico se tornou mais intenso em relação a dois alunos negros e irmãos gêmeos que tinham dificuldades em socializar com os demais colegas da sala, além de apresentarem dificuldades para assimilar os conteúdos de aprendizagem. Notou-se que durante o teste e a realização das rodas de debates e leitura do conteúdo africano e afro-brasileiro, eles se sentiram valorizados e começaram a avançar na aprendizagem.

Este fato justificou o motivo para a escolha do tema para elaborar o presente trabalho de conclusão de curso, ou seja, reconheceu-se a necessidade de haver mais conhecimentos

sobre a importância da literatura africana e afro-brasileira no conteúdo na grade curricular das escolas.

Ainda na sala de aula, foi aplicado um teste que foi realizado por todas as crianças, mas cujo foco principal era voltado para as crianças negras. A ênfase no teste foi maior por se tratar de um trabalho de campo feito exclusivamente para selecionar respostas mais incisivas.

Para a sua realização, cada criança foi convidada a se assentar em frente a uma mesa, onde foram colocadas separadamente duas bonecas, uma negra e uma branca, sendo que, em primeiro lugar, foi colocada a negra e, em seguida, a branca. Foi solicitado às crianças que elas tocassem nas bonecas, reparando nos seus detalhes, principalmente em sua cor. Em seguida, foi solicitado que elas tocassem nas duas bonecas ao mesmo tempo, sendo que elas estavam distanciadas por trinta centímetros. Após essa atividade, algumas perguntas foram feitas aos alunos:

- Qual boneca é a mais bonita das duas? Por quê?
- Por que você acha a boneca branca a mais bonita?
- Por que você acha a boneca negra feia?
- Quando crescer, com qual boneca você quer se parecer? Por quê?

A maioria dos alunos respondeu que a boneca branca era a mais bonita e eles a abraçavam com todo carinho. Diziam que quando crescessem queriam ser parecida com ela, queriam ter o cabelo igual ao da boneca branca porque era um cabelo macio e bom de pegar e tocar. Quanto à boneca negra, as crianças nem faziam menção de a tocarem direito e diziam que era feia, ou mais ou menos feia, porque o seu cabelo era anelado e possivelmente duro. Diante da negação, relatavam que se tivessem uma boneca negra para brincar iriam ser excluídos da roda de brincadeiras, por ela ser muito feia e um pouco parecida com eles.

Os testes foram feitos com crianças do sexo feminino e do sexo masculino e ambos expressaram a mesma aversão pela boneca negra. De todos os alunos que realizaram o teste da boneca, apenas dez eram brancos de um total de 53 alunos, ou seja, a maioria era da cor negra.

Este teste foi o primeiro passo para a realização da intervenção. Neste instante, constatou-se veementemente que a escola é um lugar importante para introduzir valorização, respeito e conhecimento do valor do (a) negro (a) na história da formação do povo brasileiro.

Logo após o teste da boneca, foram introduzidos textos da literatura africana, principalmente com conteúdo que relata a existência de príncipes e princesas negros. Percebeu-se a curiosidade e a alegria das crianças enquanto liam e vivenciavam, através das histórias, a beleza, criatividade, cultura e curiosidades do povo africanas, ou seja, essas histórias faziam parte da vida e história dos (as) pequenos (as) estudantes afrodescendentes e seus familiares.

As famílias também estiveram presentes nesta dinâmica, pois foram convidadas a participar da leitura e/ou da audição das histórias dos livros quando o (a) aluno (a) os levava para casa. Após uma semana, eles recontavam a história em sala com a ajuda das famílias, e muitas se sentiram motivadas. Em companhia dos (as) filhos (as), irmãos (ãs) e netos (as), se caracterizavam como os personagens, enquanto a história era recontada oralmente pelos (as) alunos (as).

Nesta atividade, a pesquisadora estava presente na sala de aula com colegas, a professora da classe e as famílias dos (as) alunos (as). Ao final da apresentação, o (a) aluno (a) e a família que quisesse, e pudesse dentro da sua condição econômica, oferecia pipoca ou outras guloseimas para a plateia. Havia exceções de um ou outro familiar não querer ou poder participar, mas o (a) aluno (a) sempre era motivado (a) a participar prazerosamente da tarefa de recontar a história.

Durante a intervenção e leitura dos livros com a ajuda da família surgiu a necessidade e o cuidado de aprofundar cada vez mais o tema, e isto contribuiu para colocar em prática a valorização e a promoção da igualdade racial dentro e fora da escola.

Durante o ano de 2015, foram realizadas releituras dos livros e trabalhos artesanais, e a culminância das atividades se deu com maiores esclarecimentos sobre a participação dos (as) negros (as) na formação de nossas famílias. Foi destacado o motivo de o povo brasileiro ser colorido, com uma imensa quantidade de cores de pele, uns mais claros, outros mais escuros, mas todos iguais em seu interior. Afinal, todos são da mesma raça, misturados com muito amor, esse amor dedicado e, muitas vezes, desvalorizado pelos antepassados ou pelos povos que se julgavam branquinhos e puros.

Deve-se acreditar na valorização de todas as pessoas brasileiras e de suas famílias, que conhecem a sua história e cultura e as respeita. Esta é uma forma de promover mais igualdade racial na escola e quiçá no mundo, pois isso contagia.

Creio que se possa mudar o mundo e romper com o racismo nas escolas ou pelo menos diminuí-lo, “[...], pois com ‘raça ou sem raça’, o racismo sobrevive através dos termos mais cômodos como os de etnia ou de identidade.” (KABENGELE, 2008, p. 5).

É preciso reconhecer que o racismo ainda é presente no Brasil. A democracia racial, a aceitação e a cordialidade com as pessoas negras muitas vezes se apresentam como um “mito” que ainda precisa ser combatido. Exemplos de preconceitos e racismo são vistos quase todos os dias, em diferentes lugares. A escola é um coadjuvante muito importante nesta luta. Professores (as) devem aceitar o desafio de participar de uma intervenção pedagógica, ou até mesmo psicológica, entre pais, alunos (as) e moradores (as) da vizinhança, para mostrar que ainda existe a dominação de um grupo racial, e isso, muitas vezes, provoca ondas de tensão e discórdia.

Exemplos da prática de racismo estão presentes quase diariamente nos noticiários das diferentes mídias e até mesmo na sociedade em geral. Não existe uma homogeneidade no cumprimento aos direitos a saúde, trabalho e educação para brancos (as) e negros (as). A sociedade só se ‘mobiliza’ quando há um caso que envolve pessoas de raças diferentes e a polícia, porque muitos se apresentam como favoráveis à igualdade racial, mas ainda continuam a praticar o racismo e a ressaltar as diferenças entre brancos (as) e negros (as) quando buscam o próprio favorecimento, em diversas situações.

A luta não é, e nem pode ser, apenas de uma raça. A luta é de todos aqueles que acreditam e defendem a igualdade entre pessoas que são diferentes apenas na cor da pele. E isso não pode ser fator de diferenciação e/ou de preconceitos.

5 O PAPEL DA ESCOLA NA SUPERAÇÃO DO RACISMO: EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A criança negra, muitas vezes, se vê diante de um processo de discriminação muito intenso no contexto escolar, e ela descobre que é diferente ao ser tratada como se fosse algo descartável.

Em uma escola, foram presenciados vários momentos vividos por uma criança negra desde a sua chegada à sala de aula, ainda pequena, tímida e com o olhar de desconfiança. Aos poucos, ela começou a se sentir mais segura, até que aconteceu um ato de discriminação praticado por um colega que não quis brincar perto dela durante uma atividade musical e de coordenação motora. Um aluno deveria tocar de leve nos braços e pernas do outro coleguinha conforme a professora ia dando o comando, atividade essa que seria realizada em grupos de seis em seis crianças, uma em frente à outra. Resolveu-se intervir e falar com todos os alunos antes da brincadeira continuar sobre o respeito ao colega, indiferentemente de sua cor, condição e raça. Logo após o término da brincadeira, introduziu-se um novo projeto.

Todos os dias da semana do mês de novembro realizou-se um ensaio para uma apresentação teatral sobre o livro “Bruna e a Galinha D’angola”, escrito pela autora Gercilda de Almeida, que retrata as amizades, a cultura africana e o respeito aos colegas. Na apresentação, trabalharam-se diversidade, identidade e valores da cultura afrodescendente, além do respeito entre as raças e com o coleguinha novato, independentemente da sua cor.

A escola tem o papel de promover debates e atividades que possam esclarecer os (as) alunos (as) sobre a diversidade racial e o preconceito. Muitos fatos não toleráveis acontecem nesse ambiente e eles devem ser esclarecidos através de discussões e estudos sobre racismo, preconceito, pluralidade de raças e culturas. É inadmissível que nas escolas, ou em qualquer outro ambiente, as pessoas sejam distinguidas com termos pejorativos como ‘negro, preto, vale menos que eu, ele (a) não é ninguém simplesmente pelo fato de que para alguns sua cor de pele pode diferenciá-las do (as) outros (as). Nenhuma pessoa pode se colocar incondicionalmente superior ou diferente das pessoas da raça negra. Isto não a valoriza, nem mesmo desvaloriza o outro.

5.1 Práticas de superação do racismo na escola: um trabalho contínuo

A abordagem sobre o tema racismo leva a várias reflexões sobre estratégias já implantadas e aquelas que ainda estão por vir para contribuir com o avanço na construção de uma sociedade de direitos para todos, sem distinção de raça, cor ou credo. As ações realizadas pelos abolicionistas no período da escravidão, os movimentos sociais desde os quilombos, manifestos, revoltas e algumas legislações foram e são fundamentais para a discussão deste tema.

Desde a época da colonização no Brasil, o (a) negro (a) sofre vários tipos de discriminação e de preconceitos sociais e raciais. Com inúmeras mudanças ocorrendo desde a abolição da escravatura, a população de cor negra começa a se mobilizar cada vez mais para conquistar seus direitos e espaços.

Nos anos 70, ocorreram fatos que indicaram uma discriminação racial muito intensa no meio teatral e cinematográfico. As mulheres negras só eram chamadas para interpretar papéis secundários como empregadas domésticas, babás e escravas e, mesmo com capacidades interpretativas extraordinárias, recebiam salários inferiores aos recebidos pelas atrizes brancas.

Em 1986, com a participação de representantes de 16 estados brasileiros, a Convenção Nacional do Negro na Constituinte definiu que “nossa denominação de "NEGROS" engloba todos aqueles que possuem caracteres, fenótipos e, ou genótipos, dos povos africanos que aqui foram trazidos para o trabalho escravo”. (grifo do documento). Também ficou estabelecido que todas as pessoas são iguais perante a lei, independentemente de raça, cor, sexo, trabalho, religião e “convicções políticas” e que qualquer preconceito relacionado à raça negra seria considerado racismo e crime inafiançável sujeito a pena de reclusão. Ainda foram incluídos critérios em relação a condições de vida e saúde dos (as) negros (as), tais como justiça contra a violência policial, posse de terras das comunidades quilombolas, propriedade e moradia, direitos trabalhistas e direitos culturais.

A partir desse documento, diversos acontecimentos culturais, sociais e políticos se agregaram às ações coletivas das pessoas negras. Em 1988, houve a comemoração formal do centenário da Abolição da Escravatura no dia 13 de maio e no dia 20 de novembro foi comemorada a data da morte de Zumbi dos Palmares, como o Dia Nacional da Consciência Negra. Houve protestos, manifestações e questionamentos, tanto das populações negras quanto da Igreja Católica, em relação ao direito de expressão e à opção religiosa de cada pessoa.

No dia 5 de outubro do mesmo ano, foi reconhecida a igualdade racial perante a Lei, e o racismo passou a ser considerado um crime inafiançável e imprescritível, e a educação escolar foi estabelecida como direito de todos e dever do Estado. Mas, percebeu-se que a Lei dos Direitos Humanos só era bonita e aplicável no papel, e a luta continuava. Em 1990, organizações de associações civis foram criadas com a finalidade de valorizar a população negra, principalmente mulheres e crianças.

No Brasil, casos de racismo ainda são vistos frequentemente e, na opinião de milhões de cidadãos brasileiros, isto ocorre porque a sociedade ainda guarda sentimentos racistas. Mas, o negro tem vencido o preconceito e um dos principais motivos para que isso aconteça vem através de leis que garantiram vagas e cotas em universidades públicas e concursos, o que pode ser considerado como um ganho positivo da militância antirracista.

Como exemplo da militância acadêmica pelo direito das pessoas da raça negra, cita-se a professora Petronilha Beatriz de Oliveira e Silva que relatou e finalizou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana instituído pelo Parecer 03/2204 homologado em de 10 de março de 2004 e aprovado pelo Conselho Pleno do CNE. Segundo o documento, O Ministério da Educação

comprometido com a pauta de políticas afirmativas do governo federal, vem instituindo e implementando um conjunto de medidas e ações com o objetivo de corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro. (BRASIL, 2004, p. 5).

Desde 2010, as reivindicações por políticas afirmativas que possam corrigir as desigualdades raciais, sociais e econômicas realizadas no passado e no presente estão cada vez mais acentuadas e incentivam a igualdade de leis e estatutos para os afrodescendentes. “O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade.” (BRASIL, 2004, p. 10).

O racismo deve ser discutido na escola devido, principalmente, a sua presença institucional e a luta por sua erradicação. Infelizmente, há vários anos existiu um decreto brasileiro que proibia a presença de leproso e negros na escola. Em 1824, foi legitimada a exclusão da população negra, por meio da Lei complementar de 05 de dezembro de 1824 que autorizava a proibição ao leproso e ao negro de frequentarem a escola, que era considerado

um espaço público. O decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, determinava que não fossem admitidos “escravos” nas escolas públicas brasileiras: Art. 69. “Não serão admittidos á matricula, nem poderão frequentar as escolas. [...]. § 3º Os escravos.” (escrita original). Também a previsão de instrução para os negros adultos dependia da disponibilidade dos professores. Muitos anos depois, hoje a universalização da educação é um direito subjetivo.

É relevante considerar que apenas a aprovação de uma lei não é suficiente para o enfrentamento e a superação do racismo, pois, ainda assim, a identidade do negro fica anuviada. No entanto, é preciso considerar a sua importância para as ações antirracistas.

As leis 10.639/2003 e 11.643/2008 representaram um grande avanço, e ambas fazem parte de um processo de lutas e conquistas. A partir dessa legislação, juntamente com o processo de luta do Movimento Negro, destacam-se avanços em relação às políticas de inclusão racial, como a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). A promulgação da Lei 10.639/2003 que tornou obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e a inclusão do dia 20 de novembro como dia da Consciência Negra (em homenagem a Zumbi), no calendário escolar, acena para a possibilidade de mudanças para a reversão das desigualdades raciais no Brasil, principalmente dentro e fora das escolas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo geral verificar como a literatura infantil pode ajudar na superação do racismo na escola e contribuir para a afirmação da identidade negra. A partir da revisão bibliográfica e da prática desenvolvida, constatou-se que a literatura é uma ferramenta que fornece valores culturais e educacionais, fortalecendo o contexto em que as crianças estão inseridas. A sua inclusão em sala de aula pode ser um meio de incentivar os (as) alunos (as) negros (as) a adquirirem autoafirmação e aceitação.

No que se refere à história do racismo na sociedade brasileira, verificou-se que a população negra, no decorrer de sua trajetória, sofreu e sofre discriminação nos diferentes ambientes de sua convivência, como família, escola e trabalho. A democracia racial ainda se apresenta como um “mito” em nosso país. Esse dado propiciou uma reflexão acerca de como o preconceito pode ser combatido, a partir da luta e da união das pessoas.

Notou-se que as crianças têm dificuldades em vivenciar as questões raciais em seu cotidiano escolar. Isso foi identificado através da prática, que reforçou a importância de se promover debates e atividades que esclareçam a diversidade racial e o preconceito. Enfatiza-se que professores (as) e educadores (as) devem aceitar o desafio de participar de uma intervenção que mostre a existência da dominação de um grupo racial, buscando o seu rompimento.

Pôde-se perceber que os livros infantis disponíveis auxiliam na educação dos (as) alunos (as) para o enfrentamento do racismo, uma vez que os (as) conscientizam acerca da discriminação e do preconceito existente. Por esse motivo, eles devem ser distribuídos e, além disso, discutidos para que todos possam dar suas opiniões, a fim de se construir novos rumos para essa situação.

Com as exposições acima, apontam-se as contribuições desta pesquisa que evidenciou a importância em se debater sobre esse tema e buscar soluções para romper com as discriminações raciais. Faz-se necessário pensar em várias maneiras de se instigar atitudes que remetam ao reconhecimento e à valorização da identidade negra. Para isso, devem-se estimular crianças, adolescentes, suas famílias e toda a comunidade, abrindo o espaço para sugestões que melhorem a convivência escolar. Assim, a luta pela igualdade deve persistir, buscando o direito daqueles (as) que por muito tempo foram excluídos (as).

REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. 2012. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, UFSCar, MEC, 2011.

BRASIL. Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854. **Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Côrte**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

_____. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 10 mar. 2016.

_____. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. **Promulga a Convenção sobre os direitos da criança**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Acesso em: 10 mar. 2016.

_____. Lei 10.639 de janeiro de 2003. D.O.U. de 10/01/2003. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 8 fev. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2016.

_____. Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. **Relatório do Comitê Nacional para a preparação da participação brasileira na III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata**. Brasília, 2001. Disponível em: <<<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/discrim/relatorio.htm>>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>. Acesso em: 8 mar. 2016.

_____. Ministério da Educação. 2013. **Dúvidas mais frequentes sobre educação infantil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8169-duvidas-mais-frequentes-relacao-educacao-infantil-pdf&category_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 3 mar. 2016.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. (Org.). **Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola**, 3. Ed. São Paulo: Selo Negro, 2001. 213 p.

CONVENÇÃO NACIONAL DO NEGRO PELA CONSTITUIÇÃO. 1986. Disponível em: <<http://www.institutobuzios.org.br/documentos/CONVEN%C3%87%C3%83O%20NACIONAL%20DO%20NEGRO%20PELA%20CONSTITUTINTE%201986.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, Eliane (org). **Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2000.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. **As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003: desafios para política educacional e indagações para a pesquisa**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, nº 47, Editora UFPR. P. 19-33, jan./mar.2013.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios - 2009**. (PNAD). Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS (IPEAFRO). **Abdias Nascimento**. 2015. Disponível em: <<http://www.abdias.com.br/biografia/biografia.htm>>. Acesso em: 8 mar. 2016.

MOURA, Glória. O Direito à Diferença. In: MUNANGA, KABENGELE (Org.) **Superando o Racismo na escola**. 2 ed. revisada. Alfabetização e diversidade. Brasília: MEC/SEC, 2005. MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e Sentidos** – 2ª ed. São Paulo: Ática/1988.

_____. (Org.) **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo, EDUSP, 1996.

MUNANGA, Kabengele. **Por que ensinar a África na escola brasileira?** 2008. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/6190562-Por-que-ensinar-a-africa-na-escola-brasileira-resumo.html>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **O Brasil na mira do Pan-africanismo**. Salvador: EDUFBA: CEAO: UFBA, 2002.

OLIVEIRA, Iolanda. **Desigualdades raciais**: construções da infância e da juventude. Niterói: Intertexto, 1999.

REVISTA EXAME.COM. **8 dados que mostram o abismo social entre negros e brancos**. 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/8-dados-que-mostram-o-abismo-social-entre-negros-e-brancos>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

ROSEMBERG, Fúlvia. A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre a infância e relações raciais. 2012. IN: BENTO, Maria Aparecida Silva. (Org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades: CEERT, 2012.

SANTOS, Gislene Aparecida (Coord.). **Coleção Percepções da Diferença**: negros e brancos na escola. Núcleo de Apoio às Pesquisas em Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro (NEINB). Universidade de São Paulo- USP. 2007. Disponível em: <<http://www.usp.br/neinb/wp-content/uploads/NEINB-USP-VOL-1.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2016.

SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira. (ORG.). **Igualdade racial no Brasil**: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes. Brasília: Ipea, 2013.

SOUSA, Ângela; SODRÉ, Patrícia. **Literatura infanto-juvenil e relações étnico-raciais no ensino**. 2011. Relatório Anual PUC-Rio. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/Pibic/relatorio_resumo2011/Relatorios/CTCH/EDU/EDU-%C3%82ngela%20Souza%20e%20Patricia%20Sodr%C3%A9.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2016.

SOUZA, Irene Sales de. **Os educadores e as relações interétnicas**: pais e mestres. São Paulo: EdUnesp, 2001

TEM. Teatro Experimental do Negro. **Jornal Quilombola**. Ano 1, nº. 1. Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1948.

THEODORO, M. (Org). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília, DF: Ipea, 2008.